

## 4. A Abrasco Faz Ciência e Avança em Conhecimentos

contribuições da Ciência & Saúde Coletiva e da Revista Brasileira de Epidemiologia

Maria Cecília de Souza Minayo  
Romeu Gomes  
Márcia Furquim de Almeida  
Moisés Goldbaum  
José da Rocha Carneiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MINAYO, M.C.S., *et al.* 4. A Abrasco Faz Ciência e Avança em Conhecimentos: contribuições da Ciência & Saúde Coletiva e da Revista Brasileira de Epidemiologia. In: LIMA, N.T., SANTANA, J.P., and PAIVA, C.H.A., orgs. *Saúde coletiva: a Abrasco em 35 anos de história* [online]. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015, pp. 101-114. ISBN: 978-85-7541-590-0. Available from: doi: [10.7476/9788575415900.0006](https://doi.org/10.7476/9788575415900.0006). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/q4gzb/epub/lima-9788575415900.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# A ABRASCO FAZ CIÊNCIA E AVANÇA EM CONHECIMENTOS: CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA E DA REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA

Maria Cecília de Souza Minayo  
Romeu Gomes  
Márcia Furquim de Almeida  
Moisés Goldbaum  
José da Rocha Carvalheiro

As duas revistas da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), *Ciência & Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia*, estão entrando na sua maturidade. A primeira completa 20 anos em 2015, e a segunda, 18. Como sempre acontece com a evolução histórica das coisas e das pessoas, os desafios e as responsabilidades que ambas têm de enfrentar cresceram e tendem a aumentar ainda mais ao longo dos anos, ao mesmo tempo que se mantêm as tradições da área. De um lado, é permanente o compromisso das duas publicações com as questões e os desafios da saúde pública brasileira. De outro, se intensificam as exigências dos setores responsáveis pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia no país para que a qualidade da produção do conhecimento, medida por parâmetros consagrados internacionalmente ou ainda em construção no mundo acadêmico, as aproxime dos melhores escores internacionais.

Este capítulo versa sobre dois pontos: mudanças ocorridas no mundo da divulgação científica e as que já se vislumbram; e a abrangência e a significância do que é produzido em ambos os periódicos para a saúde da população brasileira.

## MUDANÇAS NO MUNDO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

As transformações que vêm ocorrendo com as duas revistas da Abrasco correspondem às crescentes e aceleradas mudanças no campo da informação e da comunicação e, nesse cenário, nas formas de apresentação dos produtos científicos e tecnológicos. As mais relevantes dizem respeito ao uso da internet. O formato digital no ambiente on-line, atualmente, faz convergirem autores, pareceristas, editores e leitores que interagem de forma dinâmica, como

referem Byrnes e colaboradores (2013) em artigo comentado pela SciELO em Perspectiva (2015). Nesse particular, tanto *Ciência & Saúde Coletiva* como a *Revista Brasileira de Epidemiologia* encontram-se com todo o seu processo editorial on-line e são divulgadas numa grande variedade de bases de dados, levando o que nelas é publicado para leitores do mundo inteiro. No entanto, tendo em conta a reflexão de Byrnes e colaboradores (2013), elas ainda têm um longo caminho a percorrer.

Se até meados dos anos 1990 o foco editorial estava nos periódicos impressos, a web, além de mudar todo o processo, possibilitou o surgimento de novos produtos e novas formas de comunicação, facilitando a divulgação das ideias e do conhecimento. Não apenas os processos envolvidos nas várias etapas da publicação científica vêm-se transformando rapidamente; crescem também os meios de se tornar a ciência produzida no mundo mais acessível com o uso de blogs, discussão em redes sociais e boletins de divulgação, por exemplo. *Pari passu* aumentam também a competição e as polêmicas sobre o impacto dos artigos divulgados, o que pode ser ressaltado pela corrida desenfreada para publicar e ser citado, realidade que envolve pesquisadores, instituições que os albergam, países que produzem ciência e revistas que publicam os trabalhos. Portanto, da coleta de dados pelos pesquisadores até a publicação, as profundas modificações do mundo da editoração passaram a transcender a simples mudança da versão impressa para a versão on-line dos periódicos. Repercutem em todo o mundo acadêmico os movimentos pelo acesso aberto, o surgimento dos repositórios temáticos e institucionais de artigos, assim como novas formas de conduzir o processo de peer review. Nessa avalanche de mudanças, inclui-se o florescimento das editoras comerciais, que cada vez mais vêm lucrando com a divulgação científica mundial, cobrando para publicar e também para dar acesso aos artigos que disseminam.

Byrnes e colaboradores (2013) propõem um debate prospectivo sobre o que denominam os quatro pilares da comunicação científica: a constituição e convivência de um ecossistema dos produtos e formatos; a publicação imediata em acesso aberto; o processo aberto de peer review; e o reconhecimento público dos pareceristas. *SciELO em Perspectiva* (2015) alinha-se com esse debate.

Quanto à ampliação da divulgação científica, os autores ressaltam a tendência de se mudar o foco hoje apenas colocado nos artigos (uma monocultura acadêmica) para a criação de vários produtos que disseminam o conhecimento, como redes sociais, publicação imediata pós-revisão, repositórios de dados, coleções on-line de matérias pré-publicadas e outros que serão cada vez mais utilizados num processo multimídia recursivo em que um produto potencializa o outro.

O segundo pilar versa sobre a agilidade na divulgação. Byrnes e colaboradores (2013) afirmam que a forma vigente de disseminar conhecimentos remonta ao século XVII e se deve às publicações impressas. Muitas revistas ainda se expressam espelhando-se nesse passado. A lentidão desse processo pode trazer consequências prejudiciais aos autores e a todos os

que se beneficiariam do conhecimento gerado pela pesquisa científica. SciELO em Perspectiva (2015) informa que vários publishers estão trabalhando com ferramentas e meios imediatos de divulgação muito mais velozes e com formatos especiais de avaliação dos originais. Cita três exemplos: a iniciativa PeerJ, um publisher de artigos acadêmicos em acesso aberto; o PLoS ONE, o maior divulgador atual da ciência produzida; e o repositório de artigos na área de física, matemática e ciências da computação arXiv. Em várias dessas iniciativas, a publicação em acesso aberto não se submete ao processo de peer review tradicional. Elas inovam, permitindo aos autores incluírem os manuscritos em formato preliminar, lançando-os ao público de sua área, à espera de comentários e sugestões que os ajudem a melhorar o texto antes de enviá-lo definitivamente ao periódico. Tais iniciativas compartilham uma política de publicação que não se baseia em impacto, mas no aprimoramento da metodologia, no rigor científico, na integridade editorial e na rápida disseminação do conhecimento.

O terceiro pilar é o processo aberto de peer review. Byrnes e colaboradores (2013) lembram que os editores têm o poder de definir como será o processo de avaliação de seus periódicos. Os formatos mais frequentes são o denominado cego, nos quais o parecerista permanece anônimo, mas tem acesso à identificação dos autores; e o denominado duplo-cego, no qual os pareceristas e autores permanecem anônimos. Embora possa parecer o contrário, esse processo moroso recebe inúmeras críticas: não está livre de preconceitos, de visões pessoais ou de rivalidades, de maus julgamentos e de vieses, como ressaltam Ho e colaboradores (2013).

Entretanto, não há análise científica perfeita, e não se sabe se os meios mais arrojados propostos seriam os melhores. Como já foi referido por um dos mais eminentes epistemólogos do século XX, Karl Popper (1985), com toda a imperfeição que carrega em si, a melhor forma de avançar a ciência ainda é a avaliação por pares (que, na verdade, a forma tradicional e as alternativas conservam). Kriegeskorte (2012) é um entusiasta da avaliação aberta, em analogia ao termo acesso aberto, e sugere que os comentários dos pareceristas façam parte do artigo, e divulgados ou em páginas web ou em blogs mantidos pelo periódico. Essa modalidade apresenta como vantagem a valorização do trabalho especializado e minucioso dos pareceristas, trabalho esse que acaba descartado quando é concluído o processo editorial. Alguns periódicos, como PLoS ONE e o PeerJ, já oferecem aos autores a opção de publicar os comentários dos pareceristas.

Por fim, o quarto pilar proposto por Byrnes e colaboradores (2013) é o reconhecimento público dos pareceristas. A contribuição intelectual dos avaliadores dos originais é fundamental para a preservação da qualidade do processo editorial. No entanto, a maior queixa dos editores é a dificuldade de adesão dos pesquisadores a esse trabalho. O processo de avaliação aberta pretende fazer jus aos bons pareceristas e às revisões que contribuem significativamente e positivamente para melhorar a qualidade dos artigos. A proposta dos citados autores é que, de forma aberta, se amplie o processo de debate envolvendo mais pesquisadores do que os dois ou três tradicionalmente utilizados, de forma a levar o artigo para um fórum de pares.

Para as revistas da Abrasco, 2015 promete ser um ano de mudanças, pois a biblioteca virtual SciELO (Scientific Electronic Library Online) vem adotando novos critérios para admissão e permanência de publicações em suas bases de dados, visando a aumentar a presença e o impacto internacional dos artigos. Entre as mudanças, cujas metas deverão ser cumpridas paulatinamente, destaca-se o crescimento da quantidade de artigos escritos em inglês para pelo menos 75% de toda a coleção, cujo percentual hoje é de 60%; e o aumento de pesquisadores estrangeiros nos corpos editoriais e na publicação de trabalhos. No entanto, está-se ainda longe do que foi descrito por Byrnes e colaboradores como futuro da divulgação científica.

#### IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DA CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA E DA REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA PARA A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

A Abrasco, com os seus 15 anos de existência, em 1996, atingiu mais um estágio de maturidade acadêmica no campo da saúde, criando a sua primeira revista: *Ciência & Saúde Coletiva*. E aos 17 anos, começou a editar a *Revista Brasileira de Epidemiologia*, que surgiu graças à importância crescente dessa área no campo da saúde pública. Com isso, a associação ganhou uma forte ancoragem para seguir em sua missão na qualificação profissional, no fortalecimento da produção de conhecimento e no aprimoramento da formulação de políticas de saúde, educação e de ciência e tecnologia, contribuindo para o enfrentamento dos desafios da saúde da população brasileira.

##### *Ciência & Saúde Coletiva*

O periódico *Ciência & Saúde Coletiva* surgiu logo após a realização da 10ª Conferência Nacional de Saúde, simbolicamente demarcando mais uma etapa na história da associação e no seu envolvimento para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo os princípios mandatórios da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de 1990. Assim, no fim de sua adolescência institucional, a Abrasco obteve o passaporte para o mundo adulto da produção e disseminação do conhecimento científico, qualificando, de forma cada vez mais decisiva, sua relação ação-pensamento-ação em saúde.

Em seu primeiro volume, composto de artigos encomendados, *Ciência & Saúde Coletiva* convocou a comunidade da associação a participar da construção da revista, tendo como meta oferecer ao mercado editorial duas edições anuais. Por meio dessa convocatória, suas páginas se abriram para as diferentes subáreas e para a diversidade teórica que, de forma comprometida, integra o campo da saúde coletiva. Sem deixar de fora a contribuição do núcleo duro do pensamento do campo, que tradicionalmente congrega epidemiologia, planejamento e ciências sociais, desde então passou a integrar a multiplicidade de olhares de outras disciplinas, como saúde bucal, história, demografia, enfermagem, educação física, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia social e psiquiatria, por exemplo, com a condição de

que se orientem para a análise e a avaliação dos problemas de saúde e qualidade de vida da população brasileira.

Em 2002, já com quatro números anuais e características institucionalizadas de um periódico em pleno desenvolvimento, *Ciência & Saúde Coletiva* foi indexada no SciELO, e em 2005 exibia outras indexações, tais como: Lilacs, Latindex, Red ALCyC e CSA Sociological Abstract.

Ainda em 2005, comemorando seus dez anos de existência, a revista fixou o propósito de ampliar sua divulgação e reconhecimento por meio de busca por novas indexações, com a abertura de um site (<[www.cienciaesaudecoletiva.com.br](http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br)>) – transformando todo o processo de submissão, de avaliação de comunicação com os autores, antes em papel, em meio virtual – e o estabelecimento de parceria com quatro revistas de outros países: *Environmental Health Perspective* (National Institute of Environmental Health Sciences, EUA); *Salud Pública* (Instituto Nacional de Salud Pública, México); *Ciencia y Trabajo* (Fundación Nacional de Ciencia y Tecnología, Chile); e *Salud Colectiva* (Asociación Civil Salud Colectiva y Universidad Nacional de Lanús, Argentina).

Em 2006, *Ciência & Saúde Coletiva* passou a publicar seis edições anuais. E no ano seguinte galgou um importante degrau rumo ao reconhecimento internacional, por meio de sua indexação na base de dados MedLine. O comitê que aprovou essa indexação levou em conta a qualidade da revista e a sua importância na área. Com isso, cada vez mais, ela foi se institucionalizando, realidade diante da qual dificilmente retrocederá.

No ano 2008, com 13 anos de existência, *Ciência & Saúde Coletiva* foi aceita pela ISI/Thomson, a base de dados e de medição de impacto mais valorizada pelo mundo científico. Cada passo que deu foi um desafio para exigir mais qualidade dos textos que publica, o que vem sendo responsável pelo aumento de citações dos seus artigos: um processo lento, mas crescente.

Editando 12 números anuais desde 2011, *Ciência & Saúde Coletiva* chegou ao fim de 2014 a 19 volumes, cada um com trinta artigos, indexados em 19 bases de dados internacionais e regionais, dentre as quais: ISI/Thomson, Medline, PubMed, SciELO e Scopus. Em 27 de dezembro desse ano, na coleção da SciELO, a revista figurava como o quinto título mais visitado, com 986.769 acessos a sua página. Na classificação do sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, o periódico em questão consta como B1 nas áreas de saúde coletiva, antropologia, arqueologia, economia, enfermagem e sociologia; A2 nas áreas de ciências sociais aplicadas I, ensino, psicologia e serviço social; e A1 em direito.

Ao longo de seus 19 anos, *Ciência & Saúde Coletiva* participou, com expressiva produção, de marcos importantes da saúde pública nacional e internacional. Destacam-se as edições especialmente preparadas para subsidiar as Conferências Nacionais de Saúde; a 2ª e 3ª Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador; a comemoração dos 100 anos da

saúde pública brasileira; o 10º aniversário da Conferência Global sobre o Meio Ambiente; os 20 anos do SUS; os 100 anos do Relatório Flexner e a Conferência Rio+20 sobre a questão ambiental, entre outros importantes eventos.

Ciência & Saúde Coletiva é uma revista com foco temático, alinhando-se ao propósito da Abrasco de adensar a reflexão sobre assuntos de elevado interesse para o desenvolvimento da saúde pública do país por meio de discussões acadêmicas, debates interpares e avaliação de processos e impactos das políticas e dos programas de saúde. A pauta dos números temáticos é criada por vários tipos de propostas: 1) provenientes de professores e pesquisadores da área e comitês da Abrasco; 2) vindas de coordenadores de pesquisas em âmbito nacional, inéditas e relevantes para o setor Saúde; 3) chamadas públicas anunciadas nas páginas da revista; e 4) organização interna dos próprios editores-chefes, reunindo sob um título pertinente os artigos aprovados na livre demanda.

Ao longo da sua trajetória e em cada um dos seus números, o campo da saúde coletiva foi abordado com base em diferentes dimensões: saúde do trabalhador, violência e saúde, políticas públicas, gênero e saúde, economia da saúde, ciência e tecnologia em saúde, genética e saúde pública, ética em pesquisas com células-tronco, impacto da questão social sobre a saúde, SUS como política de Estado, avaliação em saúde, análise das várias Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios que trataram do tema da saúde (Pnad-Saúde), saúde do homem, entre muitas outras. No caso deste último tema, a revista foi pioneira, abrindo caminho para os primeiros movimentos de criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

Cada número da publicação é introduzido por um editorial que apresenta a temática abordada pelos artigos, discute aspectos relacionados à política de divulgação do periódico e, ainda, mapeia avanços e limites observados em alguns temas no país. Ao longo dos 19 anos analisados, foram publicados 112 editoriais. A análise de conteúdo desse volumoso trabalho revela o amplo espectro temático da revista, apontando a diversidade do campo da saúde coletiva – que tanto integra diferentes regiões disciplinares quanto subordina tais regiões à discussão de questões fundantes que o atravessam (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição de editoriais por temas – 1996-2014

Temas	N.	%
Políticas de saúde	14	13%
Saúde do trabalhador	8	7%
Saúde e ambiente	8	7%
Saúde da criança e do adolescente	7	6%
Informação e saúde	7	6%
Ciência e saúde coletiva	7	6%
Saúde do idoso	6	5%
Ciências sociais e humanas em saúde	6	5%
Violência como questão de saúde pública	6	5%
Gênero e saúde	5	4%
Alimentação, nutrição e saúde	5	4%
Drogadição e saúde mental	5	4%
Planejamento em saúde	5	4%
Tecnologia e saúde	3	3%
Questões sociais e saúde	3	3%
Formação em saúde	3	3%
Vigilância em saúde e imunização	3	3%
Males do Brasil contemporâneo	3	3%
Qualidade de vida	2	2%
Avaliação em saúde	2	2%
Biologia, genética e saúde	1	1%
Epidemiologia (como tema epistemológico)	1	1%
Saúde bucal coletiva	1	1%
Assuntos variados	1	1%
Total	112	100%

Fonte: Elaboração dos autores com dados recolhidos no site <cienciaesaudecoletiva.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

Na Tabela 1, há duas classificações que não apresentam temáticas específicas: Ciência e saúde coletiva e Assuntos variados. A primeira delas relaciona-se a discussões da própria política editorial da revista. A segunda, diz respeito a objetos de estudo diversos que pela pouca frequência não foram classificados separadamente.

Sobre a categorização apresentada, é importante dizer, em primeiro lugar, que um tema não pode ser avaliado isoladamente pela sua frequência. Por exemplo: um que tenha sido classificado com frequência 1 corresponde a dez artigos ou mais a ele relacionados. Em contrapartida, há cerca de vinte artigos que em cada número temático são publicados e tratam dos mais diferentes assuntos da saúde coletiva. Portanto, a temática não se esgota nas edições específicas, como é o caso da epidemiologia. Embora ela seja tratada como tema – do ponto de vista epistemológico – em apenas um número, boa parte dos artigos da revista se ancora



em abordagens epidemiológicas. Por isso, caso fosse aprofundada a análise de conteúdo de todos os trabalhos publicados ao longo dos 19 anos, outras temáticas aqui não apontadas e as citadas teriam sua frequência aumentada, configurando uma pontuação diferente da que consta da Tabela 1. No entanto, o tópico Políticas de saúde, *stricto sensu*, é o primeiro no ranking dos temas com 14 editoriais. Essa frequência seria maior se fossem adicionados outros assuntos como Saúde do idoso e Saúde e ambiente, Violência como questão de saúde pública, em que os editoriais também tratam de conteúdos políticos relacionados.

Ciência & Saúde Coletiva, comparada a outros periódicos da área, foi o que mais publicou artigos relacionados ao tema saúde coletiva. No conjunto dos 199 artigos sobre esse assunto disponíveis no SciELO, em 2 de janeiro de 2015, 39% foram publicados nela (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de artigos com o assunto saúde coletiva por periódicos

Temas	N.	%
Cadernos de Saúde Pública	4	2%
Ciência & Saúde Coletiva	78	39%
Physis	17	9%
Revista Brasileira de Epidemiologia	3	2%
Revista de Saúde Pública	3	2%
Saúde e Debate	4	2%
Saúde e Sociedade	17	9%
Outros	73	37%
Total	199	100%

Fonte: Packer, no prelo.

Ciência & Saúde Coletiva, em todos os itens, predominou em relação a artigos sobre o SUS, tema caro ao campo, no conjunto dos 197 títulos disponíveis no SciELO em 2 de janeiro de 2015. Ela responde por 23% do tema (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição de artigos com o assunto SUS por periódicos

Temas	N.	%
Cadernos de Saúde Pública	3	2%
Ciência & Saúde Coletiva	46	23%
Physis	10	5%
Revista Brasileira de Epidemiologia	7	4%
Revista de Saúde Pública	18	9%
Saúde e Debate	2	1%
Saúde e Sociedade	18	9%
Outros	93	47%
Total	197	100%

Fonte: Packer, no prelo.

## *Revista Brasileira de Epidemiologia*

A Revista Brasileira de Epidemiologia entra em 2015 em sua maioridade, portanto recuperar sua história é um passo importante para se desenhar o seu futuro. A proposta de seu lançamento nos anos 1990 encontrou raízes no próprio desenvolvimento, crescimento e consolidação do campo disciplinar no Brasil. Ou seja, ela é fruto da notável história vivenciada pela epidemiologia brasileira, especialmente a partir dos anos 1970, quando se encontrou solidariamente incorporada ao movimento de constituição da saúde coletiva no país.

O estabelecimento, em 1984, pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, na época Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, de sua Comissão de Epidemiologia representou um dos primeiros passos para sistematizar os amplos debates que mobilizavam a comunidade de pesquisadores, docentes e profissionais de serviços de saúde na produção e aplicação de conhecimentos gerados. Igualmente, a comissão fundou-se como importante instância para elaboração e proposição de políticas visando ao sustentado desenvolvimento da disciplina, tendo como diretriz central sua indissociável articulação com os demais campos disciplinares integrantes da moderna saúde coletiva. Composta, como sempre foi, por membros da comunidade de sanitaristas, cujo interesse preponderante estava centrado em estudos epidemiológicos, organizou-se de tal forma a garantir a abrangência de tendências e visões próprias da área.

Na condição de comissão assessora das sucessivas diretorias da Abrasco, das quais sempre recebeu o apoio para suas iniciativas, pôde, nesses trinta anos de atividades, organizar eventos, realizar reuniões técnico-científicas e promover intercâmbios de grupos nacionais e estrangeiros. Todas essas atividades propiciaram o desenvolvimento da disciplina em plena articulação com o conjunto da saúde coletiva, em processo coordenado pela Abrasco. Como reflexo dessa pujança, o papel da epidemiologia cada vez mais se tornou patente tanto na produção de conhecimentos como no comprometimento com a realidade sanitária brasileira.

Do ponto de vista de sua influência nos serviços de saúde, assinala-se o destacado papel que a comissão teve ao mobilizar a massa crítica de epidemiologistas, influenciando decisivamente a criação e o estabelecimento do Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi), que hoje se transformou na bem-sucedida Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde. Essa comissão ajudou a abrir amplas perspectivas para um trabalho conjunto e articulado do meio acadêmico com os serviços de saúde.

Favorecida pela estreita relação com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a epidemiologia brasileira pôde acompanhar os movimentos por ela desencadeados – e se beneficiar deles – para o fortalecimento da disciplina no continente americano, evidenciado pela divulgação e ampla distribuição do compêndio *The Challenge of Epidemiology: issues and selected readings* (Buck et al., 1998). Este compêndio, especialmente sua versão em espanhol, foi uma das representações dos esforços que os técnicos da Opas empregaram para difundir o conhecimento epidemiológico no continente e expressou a necessidade de se divulgar

e difundir a produção desse campo disciplinar. A Opas, em conjunto com a Comissão de Epidemiologia e articulada com o Ministério da Saúde, foi elemento-chave para apoiar e financiar, em 1990, o 1º Congresso Brasileiro de Epidemiologia, realizado no campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Esse foi, numa visão sintética e objetiva, o cenário de nascimento da Revista Brasileira de Epidemiologia. A partir de várias iniciativas, o movimento confluiu para a definição de estratégias e ações que garantiram a sustentabilidade do desenvolvimento harmônico da disciplina. Em 1989, como expressão maior desse esforço, em reunião sobre “Estratégias para o desenvolvimento da epidemiologia no Brasil” realizada em Itaparica (Bahia), desenhou-se o Plano Diretor para o Desenvolvimento da Epidemiologia no Brasil (Abrasco, 1989). É neste plano e nos planos quinquenais que se encontram registradas as bases conceituais para se determinar a criação de um instrumento próprio para divulgar a produção técnico-científica que se concretizou na Revista Brasileira de Epidemiologia, objeto de análise desta seção.

A leitura dos planos diretores mostra a preocupação em se garantir a existência de instância de divulgação de conhecimento produzido pelos epidemiologistas, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito dos serviços de saúde. Já no primeiro, que tratou de três grandes áreas de atuação, recursos humanos, pesquisa e prática em serviços de saúde, constata-se o empenho em se dispor de instrumentos adicionais aos então existentes de divulgação e difusão dos produtos elaborados, como se observa na seguinte proposta: “constituir veículos permanentes em nível nacional (...) de divulgação de informações (...) como, por exemplo, a criação de uma revista de Saúde Coletiva” (Abrasco, 1989: 12). Tais diretrizes são reiteradas nos planos seguintes. E a resposta a essas determinações encontra-se na criação da Revista Brasileira de Epidemiologia, que vem se juntar, de modo cooperativo e complementar, às revistas coirmãs da área de saúde coletiva.

O maior desafio para uma revista científica nacional é manter a regularidade e continuidade. Ao longo do tempo, a Revista Brasileira de Epidemiologia conseguiu enfrentar esse desafio e, após um início conturbado, superou as dificuldades e conseguiu, por seus méritos científicos, ser indexada em diversas bases, como Lilacs em 2000; SciELO em 2005; Scopus em 2007; e Medline/Pubmed em 2010.

Sua indexação na base SciELO e em outras bases permite o acesso livre, e seus resumos contemplam versões em português, espanhol e inglês, visando a atender sua influência nas comunidades de pesquisadores, profissionais de serviços de saúde e população da América Latina, do Caribe e da África, em especial. Atualmente, a revista inteira é bilíngue: português e inglês.

A Revista Brasileira de Epidemiologia tem, como política editorial, a missão de disseminar artigos de livre demanda da comunidade acadêmica de saúde coletiva com abordagens epidemiológicas: 99,5% dos artigos publicados têm essa origem. Ao longo de sua trajetória, também fez cinco suplementos de grande interesse para o SUS, entre os quais: estudo sobre

o papel da epidemiologia na construção do SUS; artigos referentes a inquéritos populacionais sobre saúde; resultados de grandes estudos nacionais, como Vigitel (pesquisa por telefone como parte da estratégia de vigilância em saúde) ou Pense (pesquisa nacional de saúde escolar). Igualmente, dois congressos brasileiros de epidemiologia tiveram seus anais publicados em meio magnético como suplemento da revista.

Ao longo do tempo, tendo em vista a importância de se ampliar a visibilidade internacional da produção científica disseminada pela Revista Brasileira de Epidemiologia, adotaram-se diversas medidas. No início, todos os artigos publicados em português (ou em espanhol) deveriam ser acompanhados por um extended summary em inglês. Esta solução foi reconhecida como inviável e rapidamente abandonada. Mais recentemente, passou-se a publicar artigos completos em português e inglês, inicialmente com o custo da tradução bancado pelos autores e, posteriormente, em 2014, pela própria revista, de modo a homogeneizar a qualidade da tradução e ampliar sua visibilidade com a edição de todos os artigos em duas línguas. Entretanto, essa política editorial tem um elevado custo, representando quase metade das despesas editoriais. Tendo em vista a ampliação do acesso a meios eletrônicos tanto na área acadêmica como nos serviços de saúde, decidiu-se disseminar a revista apenas em meio virtual. Esta decisão foi uma forma de reduzir custos e possibilitar a disseminação bilíngue dos artigos.

Os compromissos que estavam presentes na criação da Revista Brasileira de Epidemiologia com a realidade sanitária nacional e as características da epidemiologia brasileira, em que há uma intensa troca entre o ambiente acadêmico de produção de conhecimento e os serviços de saúde, reflete-se nos artigos científicos por ela disseminados. Tomando-se por base os números relativos aos anos de 2012 a 2014, verifica-se que os principais temas abordados foram doenças infecciosas e crônicas, nutrição e estudos metodológicos, que responderam, como um todo, por cerca de 52% do total. Outras temáticas relevantes na agenda da saúde também entraram na pauta, como violência e saúde, estilo de vida/comportamento, saúde do idoso, saúde da mulher e da infância e saúde bucal.

Para melhor compreender o grande número de artigos de nutrição na revista, é importante dizer que existem poucos periódicos indexados nessa área em comparação ao aumento e à importância crescente dos estudos epidemiológicos produzidos sobre a temática. Vale ainda registrar que o perfil dos artigos publicados reflete a transição nutricional do país, predominando os que tratam de obesidade, qualidade da dieta e problemas metodológicos.

A maioria dos textos sobre enfermidades infecciosas refere-se a doenças emergentes como Aids ou hepatite B; ou ainda a doenças reemergentes de importância no perfil epidemiológico da população, como é o caso da dengue. Fazem parte desse perfil trabalhos sobre tuberculose e hanseníase. A revista também tem uma ampla gama de artigos que avaliam aspectos epidemiológicos dos serviços de saúde e que caracterizam a práxis da epidemiologia brasileira.

Quanto ao impacto da produção científica disseminada, o portal SciELO passou a divulgar o número de requisições dos textos completos da Revista Brasileira de Epidemiologia. Em 2005, ocorreram 184.928 requisições on-line dos artigos, subindo para 511.154 em 2014, o que representa um crescimento de 176,4% (SciELO, 2015). O fator de impacto do periódico medido pelo portal do SciELO cresceu de 0,2308 em 2005 para 0,7692 em 2013 (SciELO, 2015). Suas principais fontes de citação são as revistas da área de saúde coletiva, respectivamente Cadernos de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva e Revista de Saúde Pública.

## CONCLUSÕES

Parafraseando Pierre Bourdieu (2004), pode-se considerar que, para compreender a produção de Ciência & Saúde Coletiva e da Revista Brasileira de Epidemiologia, não basta apenas entender o seu conteúdo textual, as relações entre textos e contextos ou os números de sua produção. É necessário levar em conta o campo em que se insere o periódico. O campo que mais lhe diz respeito é o científico – embora seu foco seja proporcionar qualidade à reflexão tanto sobre a política como sobre os serviços com os quais está em permanente colaboração –, que como qualquer outro é integrado por relações de força e lutas (Bourdieu, 1983a). Por isso, segundo esse sociólogo, o campo deve ser visto como espaço estruturado de posições ou postos que podem ser alterados ou contestados (Bourdieu, 1983b, 2004). Os periódicos científicos – vistos como veículos de comunicação do campo – assumem um papel importante na ordem estabelecida. Eles consagram, servem de filtro seletivo, atestam valor às pesquisas, asseguram a propriedade intelectual, legitimam novos temas e definem o que é publicável (Bourdieu, 1983a).

Nesse microcosmo, há distribuição de capital específico (quantidade de acúmulos de forças) entre os agentes e as instituições, o que foi mostrado, particularmente em relação à Revista Brasileira de Epidemiologia. Esse capital – cujos componentes são econômicos, sociais, culturais e simbólicos – é produto de dinâmicas e movimentos anteriores e orienta estratégias ulteriores. A coexistência das várias forças opera tanto para manter o mito originário de cada um dos periódicos quanto para impulsionar sua transformação. Nesse sentido, os dois têm sua própria história e sua autonomia relativa em relação às outras publicações da mesma área. E devem ser analisados independentemente das características de seus editores-chefes – embora eles tenham um papel fundamental, pois imprimem marcas a seus mandatos (Bonewitz, 2003; Bourdieu, 2009).

A existência do habitus, ou seja, da cultura de cada uma, formada por um sistema de disposições duráveis e transponíveis que se reproduzem ao longo do tempo, responde pelo seu acervo de conhecimentos adquiridos e por uma matriz social e historicamente construída. Tais disposições tanto integram as experiências passadas (estruturas estruturadas) quanto geram e organizam práticas (estruturas estruturantes) (Bourdieu, 1992, 2002). É nesse particular que

se compromete todo o corpo constitutivo das revistas: editores-chefes, comissão de política editorial, editores associados, conselheiros editoriais, avaliadores ad hoc, indexadores e outros. Portanto, habitus e campo se articulam, uma vez que nas disputas para identificar e diferenciar o campo é preciso que pessoas dotadas desses habitus se impliquem (Bourdieu, 1989).

A saúde coletiva, área que se foi estruturando a partir de 1979, pode ser considerada como um campo científico, pois dispõe de orientação teórica, metodológica e política (Nunes, 1996). Nela, desde seu nascedouro, algumas tensões salutares estão presentes: a instrumentalidade da ação, o saber acadêmico e a militância política (Nunes, 1998). Ou seja, esse campo em construção tem características peculiares que o diferenciam da saúde pública tradicional e da medicina preventiva, de onde se originou (Nunes, 1998). Suas estruturas, estruturadas e estruturantes, fortalecem o compromisso e a peculiaridade de origem – particularmente, a visão social dos problemas de saúde –, gerando instrumentos para sua permanente renovação.

Na interseção entre os polos de tensão acadêmica, política e de práticas estão todos os periódicos de saúde coletiva que aqui foram em algum momento mencionados, cada um com seu próprio habitus, permitindo a expressão de indivíduos e coletivos e conformando a identidade da área. No caso dos dois periódicos da Abrasco, eles são fundamentais: de um lado, contribuem com o rigor das avaliações para o crescimento da massa crítica que vai construindo o campo, assim como delimitam – ainda que de forma bastante generosa – suas fronteiras de conhecimento. De outro lado, divulgam para a comunidade de pares nacional e de todo o mundo o que aqui vai sendo produzido e consolidado. E ainda, num processo recursivo, trazem para a associação o reconhecimento internacional.

É nessa perspectiva que *Ciência & Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia* devem ser situadas. A história da primeira, com início em 1996, e da segunda, que se originou em 1998, confunde-se com a própria história da saúde coletiva brasileira. É importante assinalar que essas duas revistas continuam pujantes, em pleno processo de aprimoramento e expansão, honrando o nome da Abrasco como uma associação científica que divulga conhecimentos e se apropria deles para atuar politicamente no campo da saúde, assim como para avaliar e subsidiar as boas práticas que podem melhor qualificar o SUS.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). Plano Diretor para o Desenvolvimento da Epidemiologia no Brasil. Rio de Janeiro: Abrasco, 1989.
- BONNEWITZ, P. Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983a.
- BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, São Paulo: Bertrand Brasil, Difel, 1989.

- BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. Oiras: Celta, 2002.
- BOURDIEU, P. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. O Senso Prático. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BUCK, C. et al. The Challenge of Epidemiology: issues and selected readings. Washington: Pan American Health Organization, 1988.
- BYRNES, J. E. K. et al. The four pillars of scholarly publishing: the future and a foundation. PeerJ PrePrints, 1: e11v1, 2013.
- HO, R. C. et al. Views on the peer review system of biomedical journals: an online survey of academics from high-ranking universities. BMC Medical Research Methodology, 13: 74, 2013.
- KRIEGESKORTE, N. Open evaluation: a vision for entirely transparent post-publication peer review and rating for science. Frontiers in Computational Neuroscience, 6: 79, 2012.
- NUNES, E. V. Saúde coletiva: revisitando a sua história e os cursos de pós-graduação. Ciência & Saúde Coletiva, 1(1): 55-69, 1996.
- NUNES, E. V. Saúde coletiva: história e paradigmas. Interface, 2(3): 107-116, 1998.
- PACKER, A. L. Indicators of national focus of the research published by public health journals edited in Brazil. Ciência & Saúde Coletiva, 20(7), no prelo.
- POPPER, K. E. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Edusp, 1985.
- SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). Revista Brasileira de Epidemiologia: fator de impacto dos últimos três anos. Disponível em: <[http://statbiblio.scielo.org//stat\\_biblio/index.php?no=18.xml&state=18&lang=pt&issn=1415-790X](http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?no=18.xml&state=18&lang=pt&issn=1415-790X)>. Acesso em: 1 fev. 2015.